



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 038/2007

2ª. CÂMARA

SESSÃO DE 15/12/2006

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/1334/2006

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200602751

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA

RELATOR CONS: ILDEBRANDO HOLANDA JUNIOR

EMENTA. Transporte de Mercadoria sem documentação fiscal. Em fiscalização na ECT/CE constatou-se a presença de 01 volume contendo confecções sem documentação fiscal que acobertasse de conformidade com o parecer 34/99 da PGE e N.E. 07/99 da SEFAZ/CE. Fundamentação nos artigos, 140 do Decreto 24.569/97 e Penalidade inserta no art.123, III, letra "a" da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 13.418 de 3 de dezembro de 2003.Base de Cálculo R\$304,005.Defesa Tempestiva e não provida. Decisão condenatória. Recurso cinge-se aos mesmos fatos da defesa não sendo provido. A Consultoria e a Procuradoria opinam pela manutenção da decisão monocrática. A 2ª Câmara confirma decisão de 1ª instancia, por unanimidade de votos.

RELATORIO

A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS foi autuada por transportar mercadoria sem documentação fiscal. Continham em seu volume confecções diversas. A autuação foi baseada de acordo com os artigos, 140 do Decreto 24.569/97 e Penalidade inserta no art.123, III, letra "a" da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 13.418 de 3 de dezembro de 2003. Base de cálculo R\$304,00(trezentos e quatro reais)

Apesar da ECT estar com impugnação tempestiva divaga suas alegações em conceitos e argumentações constitucionais que já foram decididos por Tribunais pátrios e legislações vigentes ou não atendem ao mérito da questão.

O julgamento monocrático apenas confirmou os dados e as provas da autuação incluindo em sua fundamentação os artigos 829 e o Parecer 34/99 NE07/99 da Procuradoria Geral do Estado e Penalidade no art.123, III, "a" da Lei 12.670 e posterior alteração. O recurso voluntário da empresa seguiu o mesmo entendimento da impugnação levando a que a Segunda Câmara confirmasse a decisão de 1ª instancia por unanimidade de votos não podendo deixar de decidir em favor do fisco, pois a lei é clara nesse sentido.

VOTO DO RELATOR

A lei fiscal em seu artigo 140 menciona que o transportador não poderá aceitar para o transporte de mercadoria ou bem que não esteja acompanhado de nota fiscal. Claro também é o fato de que, segundo o artigo 17 da mesma lei, qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize com habitualidade ou com volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias, é considerada contribuinte. Decidido pelos tribunais pátrios que os Correios são considerados contribuinte e responsáveis pelas mercadorias que transportam e ainda, estando transportando mercadorias sem documentação fiscal não resta dúvida que a autuação procede, pois se encontra em situação irregular.

As ponderações da empresa não retiram da lide o caráter da autuação devendo ser afastada a preliminar de nulidade em relação ao procedimento instaurado que se encontra perfeito e acabado e nada trouxe aos Autos que comprovasse o contrário. Em consequência o Fisco acertadamente faz o seguinte demonstrativo que deverá ser recolhido pela empresa autuada:

Base de Calculo	R\$304,00
ICMS	R\$ 51,68
MULTA	R\$ 91,20
TOTAL.....	R\$ 142,88

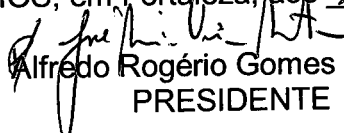
Portanto, não havendo mais considerações a presente autuação, voto para que se conheça do Recurso voluntário, nego-lhe provimento para confirmar decisão condenatória exarada pela 1ª instancia ns termos do voto deste Relator e de acordo com o parecer da Doua Procuradoria Geral do Estado. É como voto.

DECISÃO:

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e recorrido CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA,

RESOLVEM os membros da 2ª câmara do Conselho de Recursos Tributários, após rejeitar, por unanimidade de votos, e em grau de preliminar, a Nulidade suscitada no recurso voluntário, resolve também, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar decisão condenatória proferida pela 1ª instancia, nos termos do voto do Conselheiro-Relator e de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, aprovado pelo representante da Doua Procuradoria Geral do Estado.

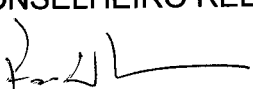
SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 22 de janeiro de 2.007.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE


Sandra Maria Tavares Menezes de Castro
CONSELHEIRA


Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO RELATOR


Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA


Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO


José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO


Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO